

Controladoria, Gestão de Custos e Finanças

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Controladoria, Gestão de Custos e Finanças

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M149c Machado, Marcos William Kaspchak.
Controladoria, gestão de custos e finanças [recurso eletrônico] /
Marcos William Kaspchak Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-022-3
DOI 10.22533/at.ed.223182712

1. Controladoria. 2. Empresas – Contabilidade. 3. Empresas -
Finanças. I. Título.

CDD 658.15

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Controladoria, Gestão de Custos e Finanças” publicado pela Atena Editora tem o objetivo de trazer tópicos relacionados a aplicação das ferramentas de gestão contábil e controladoria no ambiente de negócios e gestão pública. Este volume apresenta, em seus 21 capítulos, um conjunto de pesquisas nas áreas temáticas de contribuições teóricas à gestão de custos, estudos de caso aplicados ao ambiente de negócios e custos na gestão pública.

A área temática de contribuições teóricas à gestão de custos mostra o contexto atual do desenvolvimento da ciência contábil e análises multidisciplinares relacionadas à política econômica.

Na sequência os estudos de caso apresentam um conjunto de aplicações da gestão de custos em ambientes de agronegócios, indústrias de transformação, construção civil, prestadores de serviços e em instituições bancárias. Essa diversidade setorial mostra a relevância da gestão de custos na melhoria e controle dos processos gerenciais.

A terceira área aborda a aplicação de ferramentas de gerenciamento de custos e processos gerenciais em setores de prestação de serviço público. A abrangência das áreas temáticas permitirá ao leitor o entendimento da evolução dos processos de controladoria e sua vasta aplicabilidade dentro dos ambientes públicos e privados.

Os processos de controladoria ultrapassam o caráter puramente técnico e assumem um papel de destaque para o sistema de gestão empresarial, englobando rotinas de controle operacional e de auxílio à sociedade.

Aos autores dos capítulos, ficam registrados os agradecimentos do Organizador e da Atena Editora, pela dedicação e empenho, que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços científicos do tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e auxilie os estudantes, pesquisadores e gestores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área de controladoria e gestão de custos.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

I. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

CAPÍTULO 1	1
CUSTOS PARA TOMADA DE DECISÃO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS	
<i>Samanta de Oliveira Silveira</i>	
<i>Nayana de Almeida Adriano</i>	
<i>Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino</i>	
<i>Clayton Robson Moreira da Silva</i>	
<i>Joelma Leite Castelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827121	
CAPÍTULO 2	15
BOURDIEU E AS RELAÇÕES DE PODER EM ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS DE CRÉDITO	
<i>Rina Xavier Pereira</i>	
<i>Alexandre Peres Mandaji</i>	
<i>Leonardo Fernando Cruz Basso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827122	
CAPÍTULO 3	31
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO IMOBILIZADO: AS ETAPAS DO TESTE DE IMPAIRMENT	
<i>Angela Maria Haberkamp</i>	
<i>Alexandre André Feil</i>	
<i>Adriano José Azeredo</i>	
<i>Iandara Kremer</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827123	
CAPÍTULO 4	46
INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM COMPANHIAS ABERTAS	
<i>Nayara Silveira Fernandes</i>	
<i>Ivanir Rufatto</i>	
<i>Angela Paula Muchinski Bonetti</i>	
<i>Geovanne Dias de Moura</i>	
<i>Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827124	
CAPÍTULO 5	61
DESEMPENHO LOGÍSTICO DO BRASIL NO MERCADO INTERNACIONAL: ANÁLISE DO ÍNDICE LPI	
<i>Camila Lima Bazani</i>	
<i>Janser Moura Pereira</i>	
<i>Edvalda Araujo Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827125	
CAPÍTULO 6	84
INFLUÊNCIA DA P&D NO DESEMPENHO DE EMPRESAS: ANÁLISE DO BLOCO ECONÔMICO G 20	
<i>Tiago Francisco de Camargo</i>	
<i>Antonio Zanin</i>	
<i>Fabio José Diel</i>	
<i>Citânia Aparecida Pilatti Bortoluzzi</i>	
<i>Elton Zeni</i>	
<i>Moacir Francisco Deimling</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827126	

II. ESTUDOS DE CASO APLICADOS

CAPÍTULO 7	100
A GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR VITIVINÍCOLA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	
<i>Ana Cláudia Lara</i>	
<i>Odilon Luiz Poli</i>	
<i>Sady Mazzioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827127	
CAPÍTULO 8	117
COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS NA PRODUÇÃO DE SOJA DO ESTADO DO MATO GROSSO	
<i>Arthur Rezende Geneiro</i>	
<i>Mônica Aparecida Ferreira</i>	
<i>Hugo Leonardo Menezes de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827128	
CAPÍTULO 9	132
UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS DE CUSTEIO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: UM ESTUDO EM EMPRESA CALÇADISTA DA SERRA GAÚCHA	
<i>Estevo Mateus Olesiak</i>	
<i>Vanessa Heckler Marquesini</i>	
<i>Juliane de Castilhos Spanholi</i>	
<i>Marcos Antonio de Souza</i>	
<i>Débora Gomes Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2231827129	
CAPÍTULO 10	150
GESTÃO DE CUSTOS HOSPITALARES: UM ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS – MT	
<i>José Ribeiro Viana Filho</i>	
<i>Sofia Ines Niveiros Filho</i>	
<i>Isis Augusta Araújo Pássari</i>	
DOI 10.22533/at.ed.22318271210	
CAPÍTULO 11	171
GESTÃO DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE NAS ORGANIZAÇÕES DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA	
<i>Debora Pereira Gonçalves Santos</i>	
<i>Tania Ferreira dos Santos Bomfim</i>	
<i>Deise Pereira Gonçalves Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.22318271211	
CAPÍTULO 12	186
CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES DA RETAGUARDA OPERACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	
<i>Ritiele Marcia Kovalski Schreiber</i>	
<i>Euselia Paveglío Vieira</i>	
<i>Jorge Oneide Sausen</i>	
DOI 10.22533/at.ed.22318271212	

CAPÍTULO 13..... 206

CONTROLE GERENCIAL EM EMPRESA MULTISSETORIAL: DISCUSSÕES EM UMA UNIDADE DE NEGÓCIOS

Wéverton Rezende Alves
Marli Auxiliadora da Silva
Marcus Sérgio Satto Vilela
Renata Mendes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.22318271213

CAPÍTULO 14..... 223

A IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE DE CUSTOS EM UMA CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO BÁSICO: O CASO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO DE JANEIRO (CEDAE)

Isabelle Martelleto Silberman

DOI 10.22533/at.ed.22318271214

CAPÍTULO 15..... 242

SOCIAL DISCLOSURE: CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO POR INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS NO BRASIL

Leonardo dos Santos Bandeira

DOI 10.22533/at.ed.22318271215

CAPÍTULO 16..... 252

ALINHAMENTO ENTRE POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO E PRÁTICAS DE GESTÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO EM IES PRIVADAS GAÚCHAS

Juliane de Castilhos Spanholi
Silvana Cristina da Silva Model
Marcos Antonio de Souza

DOI 10.22533/at.ed.22318271216

III. CUSTOS NA GESTÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 17..... 273

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Gilvane Scheren
Sady Mazzioni
Odilon Luiz Poli

DOI 10.22533/at.ed.22318271217

CAPÍTULO 18..... 292

GERENCIAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO MAPEAMENTO DE PROCESSOS NO SETOR PÚBLICO

Mathäus Marcelo Freitag Dallagnol
Olivia Prado Schiavon
Vanessa de Quadros Martins

DOI 10.22533/at.ed.22318271218

CAPÍTULO 19..... 308

MÉTODOS DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC)

Jacqueline Benta Ferreira
Sérgio Murilo Petri

DOI 10.22533/at.ed.22318271219

CAPÍTULO 20 326

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: SISTEMA DE CUSTOS NO DNIT BASEADA NA MODELAGEM DO SAP R/3

Gabriel Jesus de Souza

Kledison Coelho Leite

DOI 10.22533/at.ed.22318271220

CAPÍTULO 21 339

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM PANORAMA DA SITUAÇÃO ATUAL NAS REGIÕES DO BRASIL

Artur Angelo Ramos Lamenha

Silene Mayara Nunes da Silva

Alan Barbosa Costa

DOI 10.22533/at.ed.22318271221

SOBRE O ORGANIZADOR 354

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO IMOBILIZADO: AS ETAPAS DO TESTE DE *IMPAIRMENT*

Angela Maria Haberkamp

Centro de Gestão Organizacional, Univates –
Universidade do Vale do Taquari
Lajeado/RS

Alexandre André Feil

Centro de Gestão Organizacional, Univates –
Universidade do Vale do Taquari
Lajeado/RS

Adriano José Azeredo

Centro de Gestão Organizacional, Univates –
Universidade do Vale do Taquari
Lajeado/RS

Iandara Kremer

Centro de Gestão Organizacional, Univates –
Universidade do Vale do Taquari
Lajeado/RS

RESUMO: Este estudo aborda o teste de recuperabilidade de ativos, uma das principais alterações introduzidas pelo processo de convergência às normas contábeis internacionais. O teste visa assegurar que os bens do Ativo Imobilizado não estejam registrados contabilmente por valores superiores ao seu valor recuperável. Neste sentido, o objetivo principal desse estudo é identificar os critérios, indicadores e metodologia utilizados para realização do teste do *impairment*. Para tanto, foi desenvolvido um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa em uma companhia do ramo alimentício brasileiro. Os dados foram

coletados em relatórios e demais documentos disponibilizados pela empresa. Para realização do teste, foram encontradas dificuldades em relação a localização dos ativos na empresa e na identificação do valor de mercado destes ativos. Embora tenham sido identificadas divergências em relação ao valor dos ativos, o valor recuperável é superior ao registrado nas demonstrações contábeis, não havendo, desta forma, necessidade de provisões de perdas por recuperabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ativo imobilizado. *Impairment*. Normas internacionais de contabilidade. Valor de mercado do Imobilizado.

ABSTRACT: This study addresses the asset recovery test, one of the main changes introduced by the process of convergence to international accounting standards. The test intended to ensure that property, plant and equipment are not accounted for over their recoverable value. In this sense, the main objective of this study is identify the criteria, indicators and methodology used to perform the impairment test. For that, a qualitative and quantitative study was developed in a Brazilian food company. The data were collected in reports and other documents made available by the company. To perform the test, difficulties were encountered regarding the location of the assets in the company and the identification of

the market value of these assets. Although differences have been identified in relation to the value of the assets, the recoverable value is higher than that recorded in the financial statements, therefore, there is no need for provisions for recoverable losses.

KEYWORDS: Property, plant and equipment. Impairment. International accounting standards. Fixed assets market value.

1 | INTRODUÇÃO

A contabilidade mundial passa por um processo de convergência às normas internacionais, denominadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Tal convergência costuma resultar em alteração nas técnicas contábeis até então utilizadas. Alterações estas que acabaram por afetar, inclusive, os indicadores econômicos e financeiros utilizados pelo mercado financeiro, como exemplo, os índices de estrutura de capitais, que levam em consideração valores do ativo imobilizado. Estes ativos, por sua vez, poderão estar influenciados por uma provisão para desvalorização de valores em função da aplicação do teste de *impairment*, cujo tema é o objeto deste estudo.

No Brasil, a NBC TG 1 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos traz a seguinte definição: “*Valor recuperável* de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso”. Contudo, cabe salientar que a recuperabilidade deve ser avaliada na adoção inicial e em períodos subsequentes a sua adoção.

O reconhecimento inicial de um ativo imobilizado é pelo custo. Posteriormente, o valor contabilizado no ativo pode ser mensurado pelo custo menos sua depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Um eventual ajuste por insuficiência de recuperabilidade será necessário caso o valor líquido dos bens, constantes nos registros contábeis, esteja superior a seu valor de mercado.

A mensuração correta dos itens do patrimônio configura-se, talvez, como o ponto mais importante para a apresentação adequada da situação econômico-financeira das entidades, desta forma, a informação deve evidenciar adequadamente os elementos que compõem o patrimônio da empresa, promovendo distintas perspectivas aos diferentes usuários da contabilidade, sejam eles, acionistas/quotistas, instituições financeiras (Iudícibus, 2010). O imobilizado é utilizado como base para cálculo de indicadores financeiros, como Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Há também a influência indireta no resultado, decorrente da depreciação. Logo, alterações em seu valor podem influenciar os *stakeholders* (principalmente investidores), em suas decisões de investimentos. Para Baker e Wearing (2001) o uso do teste de *impairment* produz aparentemente um impacto favorável para as organizações.

Por outro lado, sua utilidade também é discutida. Reinstein e Lander (2004) estudaram como os gestores de grandes organizações vêem o pronunciamento

do FASB nº 144 e descobriram que enquanto muitos acreditam que a norma provê soluções para situações complexas, enquanto muitos não acreditam no custo-benefício da aplicação da norma. Em qualquer um dos casos, *o impairment test* está diretamente relacionado com questões teóricas importantes, como o conceito e aplicação do valor justo na contabilidade e o próprio conceito de ativo, abrindo um grande campo de estudo e pesquisas.

Considerando este contexto, este estudo tem por objetivo descrever o processo de realização do teste de *impairment*. O estudo foi realizado com base nos ativos registrados nas demonstrações contábeis publicadas por uma sociedade anônima brasileira do ramo alimentício. Para possibilitar o atingimento deste objetivo, foi necessário identificar os bens que compõem o ativo imobilizado e a melhor forma de mensuração destes ativos; comparar o valor registrado no ativo imobilizado com o valor recuperável; identificar a necessidade de reduções dos valores do ativo imobilizado e seus impactos nas demonstrações contábeis; avaliar se a vida útil utilizada corresponde ao tempo de uso previsto para os ativos. De forma complementar, foi analisado se os bens do ativo imobilizado adquiridos após 2010 (início da vigência da IFRS no Brasil) estão registrados com base nos critérios definidos pela norma.

A escolha do tema se justifica pela importância de atender a Lei 11.638/07 e a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (R4) que tem por base o IAS 36 do IASB e estabelece procedimento para certificar-se de que os ativos da empresa estejam mensurados pelo valor que não exceda seus valores de recuperação. O principal objetivo desde pronunciamento é tornar as demonstrações contábeis cada vez mais transparentes e consistentes.

Neste cenário de harmonização e padronização das normas contábeis, este estudo pode servir como guia para realização do teste de *impairment* em empresas que se encontram em fase de adaptação a IFRS.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se as normas de contabilidade, os conceitos referentes a ativo imobilizado, sua utilização, e mensurações subsequentes.

2.1 Contexto de conversão das normas contábeis locais às internacionais

As IFRSs são um conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, visando uniformizar os procedimentos contábeis e as políticas existentes entre os países, melhorar a estrutura conceitual e proporcionar a mesma interpretação das demonstrações financeiras (Carlin, 2011).

Para que possa haver uma comparação das demonstrações contábeis entre empresas é necessária a uniformização dos critérios contábeis adotados. O Comitê

de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio da Resolução CFC nº 1.055/05 emitiu pronunciamentos técnicos visando justamente à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (Antunes et al, 2012).

As Normas Internacionais de Contabilidade foram adotadas no Brasil a partir de 2009, após a promulgação da Lei nº 11.638, de 2007, que alterou a Lei nº 6.404 de 1976. Assim, o padrão contábil brasileiro foi alinhado aos padrões utilizados na Europa e também nos Estados Unidos, proporcionando aprimoramento da qualidade da informação contábil (Carlin, 2011). Para Ludícibus et al (2010), as normas internacionais de contabilidade fundamentam-se em princípios e favorecem a aplicação da primazia da essência econômica sobre a forma jurídica de cada evento econômico, tendo como característica a preocupação em definir os princípios básicos do raciocínio contábil ao invés de emitir regras a serem seguidas.

Dentre as alterações está a necessidade da realização periódica de uma análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado. Este procedimento é amplamente abordado através da NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a qual determina que a empresa precisa avaliar anualmente se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, caso haja esta indicação, deverá ser reconhecida no resultado uma provisão para esta desvalorização.

Conforme o inciso IV do art.179 da Lei 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07, o ativo imobilizado deve conter os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. A legislação societária, antes dessa alteração, determinava que no ativo imobilizado fossem classificados os bens destinados a manutenção das atividades da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial, ou seja, percebe-se uma mudança de paradigma na contabilidade societária.

De acordo com a NBC TG 27 (R2) que aprovou o CPC 27, um ativo imobilizado possui duas características fundamentais: a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e b) espera-se utilizar por mais de um período, itens de tempo de uso inferior serão considerados como despesa na aquisição.

Assim sendo, o ativo imobilizado é caracterizado por elementos corpóreos que representam a capacidade de gerar benefícios econômicos à empresa que o controla durante a sua vida útil econômica (Ribeiro, 2010). Ludícibus et al. (2010) afirmam que o ativo não precisa necessariamente pertencer à empresa para ser reconhecido, caso a empresa exerça controle sobre determinado ativo e que usufrua benefícios ou assumam os riscos ocasionados por ele nas operações, deverá reconhecê-lo no balanço.

2.2 Critérios de avaliação do ativo imobilizado

O pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, aponta que o custo de um

item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo apenas se: “[...] for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para entidade; e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente”.

A mensuração inicial deve incluir os custos iniciais da aquisição ou construção de um elemento do ativo imobilizado, juntamente com os custos necessários para que este ativo tenha plenas condições de uso para companhia. No Brasil, esta avaliação inicial ocorreu em 01 de janeiro de 2009, momento no qual foi oportunizado as companhias efetuarem, pela última vez, a aplicação do Custo Atribuído do Ativo Imobilizado (*deemed cost*), por ser esta a data de adoção inicial das IFRS (CPC 27, 2009, item 24).

Para Yamamoto (2011, p. 266) “o reconhecimento inicial de um ativo imobilizado é pelo custo, equivalente ao seu preço à vista na data da aquisição”. O CPC 27 exemplifica como custos diretos atribuídos ao ativo aquele custo na preparação do local; custo com o recebimento, como frete; instalação e montagem; custo com testes para verificar se o bem está em devidas condições de uso.

Segundo a NBC TG 27, o custo inicial do ativo é composto pelo seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e não recuperáveis; de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.

A mensuração subsequente, de acordo com a NBC TG 27 (2009) engloba o valor contábil menos sua depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. Ainda conforme a NBC TG 27 (2009), os custos de operação do ativo imobilizado devem ser reconhecidos como despesa do resultado no período em que ocorrem.

Em relação à baixa dos bens do ativo imobilizado Ludícibus et al. (2010), afirmam que ocorre quando se dá a venda que será registrada no resultado, ou quando os bens estão estragados, deteriorados, inservíveis ou obsoletos, assim não havendo mais a geração de benefícios futuros para a empresa tanto com seu uso ou com sua venda. Conforme o CPC 27, o valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado por oportunidade de sua alienação ou quando não há perspectiva de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

Em relação a depreciação, Carlin (2011) identifica o valor depreciável como sendo o custo de aquisição de um ativo descontando o seu valor residual, quanto ao valor residual de um ativo o mesmo autor afirma que é o valor previsto que a empresa obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, depois de transcorrido o tempo para o fim de sua vida útil.

O CPC 27 (2009) apresenta como métodos de depreciação o de linha reta, dos saldos decrescentes e de unidades produzidas, e também estabelece que a entidade deve utilizar um método de depreciação que melhor contemple o modelo de consumo do ativo. A entidade deve escolher o método de depreciação que reflita o padrão pelo

qual se espera consumir os benefícios econômicos futuros do ativo.

2.3 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3), baseado na IAS 36 do IASB, determina que: “[...] se os ativos estiverem avaliados por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir estes ativos ao seu valor recuperável, reconhecendo no resultado a perda referente a essa desvalorização”. O objetivo do teste de *impairment* é assegurar que o valor contábil líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa não seja o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso (Yamamoto, 2011).

A NBC TG 01 (2010, item 12) descreve algumas causas externas e internas para que um ativo possa sofrer desvalorização, como por exemplo: valor de mercado diminuiu significativamente; mudanças significativas com efeito contrário sobre a entidade no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal; aumentos nas taxas de juros. Dentre as fontes internas estão principalmente a evidência de desgaste ou dano físico e as mudanças na maneira de utilização de um ativo (ociosidade, planos para descontinuidade ou reestruturação) e desempenho econômico pior que o esperado.

Além da necessidade do teste de *impairment* ser realizado anualmente, sempre que houver indicação de que o valor contábil líquido pode ser maior que o valor recuperável, o referido teste deverá ser executado. Conforme o CPC 01 (R1), o valor recuperável de ativo é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e o seu valor em uso (Figura 1).

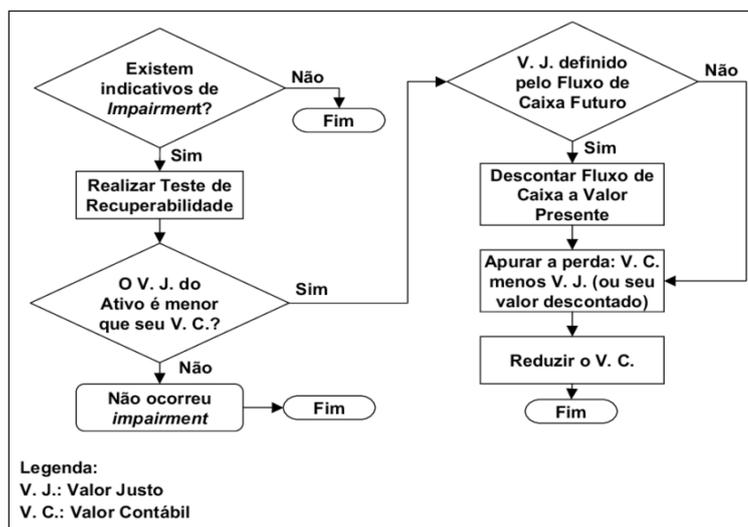


Figura 1: Etapas do teste de impairment

Como pode ser visto na Figura 1, o reconhecimento da perda somente ocorrerá quando o valor recuperável de um ativo for menor que seu valor contábil decorrente do registro original, considerando os valores redutores. Ainda, segundo o pronunciamento, se houver algum indício de que a perda reconhecida em um exercício anterior, exceto *goodwill*, possa ter diminuído ou mesmo deixado de existir, poderá ocorrer a reversão

desta perda no valor contábil do ativo, através de uma reversão da perda reconhecida em período anterior. Contudo, a reversão não poderá fazer com que o valor contábil do ativo se torne superior àquele que teriam sido determinados em anos anteriores.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida utilizando as abordagens qualitativas e quantitativas concomitantemente. Na etapa qualitativa realiza-se a análise dos bens que compõem o ativo imobilizado da empresa, tratando os dados coletados com intuito de investigar a redução ao valor recuperável no ativo imobilizado. E a quantitativa, tendo como objetivo calcular a redução ao valor recuperável.

O presente estudo utilizou-se da técnica de pesquisa documental, e os dados foram coletados a partir das demonstrações contábeis, relatórios contábeis (razão e relatórios específicos do controle patrimonial). A pesquisa foi realizada em uma empresa de capital fechado, regida pelas normas da CVM, pois sua controladora é uma empresa de capital aberto. A empresa analisada possui 1.184 itens registrados em seu ativo imobilizado.

Para a coleta de dados, foram utilizadas fontes primárias, obtidas em relatórios emitidos pelo módulo patrimonial utilizado pela empresa. Com isso, foi possível identificar o valor pelo qual os elementos do imobilizado encontram-se mensurados. De posse do relatório, os dados foram exportados para uma planilha eletrônica (*Software Microsoft Office Excel*).

A relação de elementos do imobilizado, acompanhados do seu respectivo valor de aquisição, data de aquisição, valor depreciado e valor líquido de cada bem, juntamente com a sua descrição e o grupo ao qual o bem pertence, foi realizado o teste de *impairment*. O teste foi realizado comparando o valor registrado contabilmente com seu valor recuperável, para o qual foi identificado o valor em uso e o valor líquido de venda.

O valor em uso foi obtido com a projeção do fluxo de caixa, elaborado com base nos últimos 3 anos da empresa. Os dados necessários foram extraídos do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado e de relatórios internos da empresa. Para fins de cálculo do valor presente de fluxo de caixa, foi utilizada a média da inflação dos últimos 5 anos (taxa de desconto de 7,07% ao ano).

As limitações deste estudo podem ser identificadas em relação ao método utilizado e em relação à generalização dos resultados. Em relação ao método, destaca-se a falta de retorno dos orçamentos solicitados, uma vez que o CPC 01 afirma que a avaliação dos bens do Ativo Imobilizado só pode ser efetuada com base em laudos profissionais.

4 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo teve como objetivo descrever o processo de realização do teste de recuperabilidade de ativos, no intuito de avaliar a necessidade de realização de provisões por perdas no ativo imobilizado de uma empresa do ramo alimentício. Para fins de avaliação, foram utilizadas as seguintes premissas: a) Projeção do fluxo de caixa descontado, b) valor de mercado do ativo imobilizado. Os resultados de ambas as premissas foram comparados com o valor em uso do imobilizado.

Cabe ressaltar que nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e também seu valor em uso. Se qualquer um desses valores for superior ao valor contábil deste ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor (CPC 01(R1)).

A empresa alvo do estudo, possui a apuração de resultados de forma centralizada em sua matriz, sendo as despesas administrativas registradas integralmente na DRE da matriz. Assumindo que cada unidade possui gastos administrativos, optou-se por efetuar o rateio das despesas, tomando por base o percentual representativo do resultado bruto da unidade em relação ao resultado bruto total da empresa, aplicando-se este percentual sobre o total de despesa administrativa, conforme Tabela 1.

	20X1	20X2	20X3
Receita Total	246.435	200.130	220.954
Resultado da Unidade	59.302	66.479	73.627
Base para Percentual	24%	33%	33%
Despesas Administrativas	-7.365	-7.512	-7.823
Despesa Administrativa da unidade estudada	-1.772	-2.495	-2.606

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 1 – Percentual sobre total despesa administrativa, milhares de reais

De posse dos dados da Tabela 1, passou-se projetar do resultado dos 5 anos subsequentes (valores em milhares). A projeção utilizou as seguintes premissas:

- Projeção da Receita Bruta: obteve-se a média do crescimento percentual do faturamento. Este percentual foi aplicado sobre a projeção de faturamento do primeiro ano em relação ao anterior e assim sucessivamente;
- Projeções 1) das Deduções da Receita Bruta, 2) do Custo de Mercadorias Vendidas, 3) das Despesas com Vendas, e 4) das Despesas Administrativas: foi apurada a média de cada um destes gastos (20X1 a 20X3), identificando a relação percentual destas médias com a média da Receita Bruta no mesmo período, aplicou-se este percentual sobre as Receitas Brutas projetadas para cada ano.
- Despesas com Depreciação: para fins de cálculo do EBITDA, foram obtidas através de relatórios patrimoniais que contemplam os valores de depreciação

por período e por unidade. De acordo com a instrução CVM nº 527, EBITDA ou LAJIDA diz respeito ao montante dado pela adição, ao resultado líquido do período, tão somente dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. A Tabela 2, mostra o resultado operacional e EBITDA do período estudado.

Descrição	20x1		20x2		20x3		Acumulado	
Rec. Bruta Vendas	59.302	12%	66.479	11%	73.627		199.408	7,62%
Ded. Receita Bruta	-8.534	-14,4%	-9.839	-14,8%	-11.354	-15,4%	-29.727	-14,9%
Rec. Líq. Vendas	50.768		56.640		62.273			
CMV	-39.509	-66,6%	-43.686	-65,7%	-44.024	-59,8%	-127.219	-63,8%
Resultado Bruto	11.259		12.954		18.249			
Desp. Vendas	-7.349	-12,9%	-7.698	-11,6%	-8.080	-10,9%	-23.127	-11,6%
Desp. Administrativa	-1.772		-2.495		-2.607	-3,54%	-6.874	-3,45%
Res. Operac.	2.138	3,60%	2.761	4,15%	7.562	10,27%	12.461	6,25%
Result. / Rec. Líq.	4,21%		4,87%		12,14%			
Desp. Depreciação	768,38		817,97		885,41		2.472	1,24%
EBITDA	2.906		3.579		8.448		14.932	
EBITDA / Rec. Líq.	5,72%		6,32%		13,57%			
Fonte: Elaborado pelos autores.								
Legenda: Taxa de Desconto - Média Inflação Último 3 Anos - 7,07%								

Tabela 2 – Resultado Operacional e EBITDA

Para composição dos fluxos de caixa futuros, partiu-se da premissa de que a empresa em estudo não fará captações de recursos relevantes com terceiros nem investimentos em ativos nos próximos anos (Tabela 3).

Descrição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Receita Bruta de Vendas	79.236	85.272	91.769	98.760	106.284
Deduções da Receita Bruta	-11.812	-12.712	-13.681	-14.723	-15.844
Receita Líquida de Vendas	67.424	72.560	78.088	84.037	90.439
Custo de Mercadorias Vendidas	-50.551	-54.402	-58.547	-63.007	-67.807
Resultado Bruto	16.873	18.158	19.541	21.030	22.632
Despesas com Vendas	-9.190	-9.890	-10.643	-11.454	-12.327
Despesas Administrativas	-2.732	-2.940	-3.164	-3.405	-3.664
Resultado Operacional após Desp. Administrativas	4.951	5.328	5.734	6.171	6.641
Resultado / Receita Líquida	7,34%	7,34%	7,34%	7,34%	7,34%
(+) Despesas com Depreciação	982	1.057	1.138	1.224	1.317
EBITDA	5.933	6.385	6.872	7.395	7.959
EBITDA / Receita Líquida	8,80%	8,80%	8,80%	8,80%	8,80%
Fonte: Elaborado pelos autores					

Tabela 3 – Projeção fluxo de caixa e EBITDA futuros

As projeções mantiveram a mesma média de representatividade da Receita Operacional em relação à Receita Líquida apresentadas nos últimos três anos, pois a

empresa não prevê alterações significativas em seu volume de vendas ou estrutura de custos. Se optou por utilizar a média da inflação do período como taxa de desconto.

É importante salientar que poderão ocorrer oscilações de valores, para mais ou para menos, considerando que o fluxo de caixa se trata de uma projeção. De forma geral, a empresa estudada projeta crescimento perene em seu resultado, em função dos resultados dos anos anteriores, que mostram um EBITDA de 8,80% em relação Receita Líquida, o que foi repetido nas projeções.

4.1 Avaliação Resultado Operacional e Valor Contábil

Após a aplicação da taxa de desconto, se constata que o resultado acumulado para o período projetado é de R\$ 27.997 enquanto que o saldo total do Ativo Imobilizado, líquido de depreciação e amortização acumulada, em 20x3, perfaz R\$ 8.373. Ou seja, as projeções da empresa apontam resultados capazes de remunerar e sustentar a recuperabilidade dos bens do Ativo Imobilizado.

Uma vez identificada a Unidade Geradora de Caixa, foram levantados os valores contábeis dos bens que compõem o ativo imobilizado da empresa estudada para confrontar com os resultados projetados para um determinado período de tempo, com base no fluxo de caixa da UCG.

Os bens que compõem o ativo imobilizado foram adquiridos no decorrer dos anos, desde a abertura da empresa, sendo uma das primeiras aquisições o terreno e o prédio. O ativo imobilizado é composto por nove grupos, sendo eles: grupo 100 representa os Terrenos, 200- Obras Civis, 300-Instalações, 400-Máquinas e Equipamentos, 500-Utensílios, 501- Vasilhames, 600-Veículos, 700-Computadores e Periféricos e 900-Imobilizações em Andamento, totalizando R\$ 13.343 tendo como valor depreciado R\$ 4.971 que resulta em um total líquido de R\$ 8.372. O grupo mais representativo é composto por obras civis, totalizando um valor líquido de R\$ 4.205 que representa 50,22% da composição do ativo imobilizado, seguido pelo grupo das máquinas e equipamentos que totaliza R\$ 3.030 (36,19%) e os demais grupos juntos representam 13,59% totalizando R\$ 1.138 (Tabela 4).

Conta	Descrição	Imobilizado	Deprec.	Total Líquido	Qtde	%
100	Terrenos	698,25	-	698,25	1	8,34%
200	Obras Civis	4.644,52	440,06	4.204,47	23	50,22%
300	Instalações, Máquinas	298,15	232,18	65,97	7	0,79%
400	Equipamentos	7.064,31	4.034,64	3.029,67	752	36,19%
500	Utensílios	219,18	55,03	164,15	327	1,96%
501	Vasilhames	99,26	79,45	19,8	19	0,24%
600	Veículos	79,16	70,16	9	3	0,11%
700	Computadores e	72,72	59,48	13,24	50	0,16%
900	Imob. em Andamento	167,52	-	167,52	2	2,00%
	Total Geral	13.343,06	4.970,99	8.372,07	1.184	100%

Tabela 4 – Composição Ativo Imobilizado

Fonte: Elaborados pelos autores.

Com base na comparação entre soma dos resultados dos valores presentes dos fluxos de caixa da UGC e do valor contábil dos bens da mesma, pode-se afirmar que não há necessidade de registro de provisão para perda dos bens do ativo imobilizado. Isto porque, o valor contábil líquido dos bens é de R\$ 8.372 enquanto o valor recuperável apontado na projeção do fluxo de caixa futuro perfaz R\$ 27.997, conforme demonstrado na Tabela 5.

Período	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Valor Presente Fluxo de Caixa	5.542	5.570	5.599	5.628	5.657	27.997

Tabela 5 – Soma dos fluxos de caixa futuros

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.1 Levantamento do valor de mercado dos bens

De acordo com a NBC TG 01 (R3), existem fatores internos e externos que influenciam na perda do valor recuperável dos ativos e na desvalorização do bem. Segundo a referida norma, esses fatores contribuem para que o valor contábil do bem esteja lançado por um valor superior ao de sua capacidade de gerar retorno econômico para empresa.

Desta forma, valores obtidos na projeção dos fluxos de caixa da unidade geradora de caixa partiram de premissas advindas das estratégias determinadas pela administração da empresa. Tendo por objetivo uma análise de recuperabilidade mais completa, de forma complementar, foi identificado o valor de mercado dos bens. Poteiramente, o valor identificado foi comparado com o valor contábil, definido no momento da adoção inicial das IFRS, em 2010.

Os valores líquidos de venda foram obtidos de diferentes formas. O terreno foi avaliado por um corretor de imóveis; as obras civis, instalações, máquinas e equipamentos e vasilhames foram avaliados por engenheiros. No grupo de utensílios, computadores, periféricos e veículos, por vezes não foi possível identificar corretamente alguns bens pela de sua descrição no relatório de imobilizado. Nestes casos, foram localizadas as respectivas notas fiscais de compra, no intuito de estabelecer contato com o fornecedor do item (através de e-mail ou de cadastro no site da empresa).

Por vezes, item pertencente ao ativo imobilizado da empresa estudada estava fora de linha ou o fornecedor não trabalhava mais com aquele tipo ou modelo. Nesses casos, foi solicitado o envio do orçamento de um produto similar. Essas dificuldades operacionais dificultaram e por vezes impediram a identificação do valor de mercado dos elementos que compõe o imobilizado da empresa. Foram realizadas ainda, buscas na internet com base na descrição da nota fiscal. A Tabela 6, apresenta um resumo por conta contábil dos bens e o valor de mercado de para cada bem.

Grupo	Valor Líquido Bem	Não identificável	Valor identificável	Valor de mercado
100 - Terrenos	698,25	-	698,25	501
200 - Obras Civis	4.204,47	-	4.204,47	5.029,01
300 - Instalações	65,97	-	65,97	313,33
400 - Máquinas e Equipamentos	3.029,67	447,3	2.582,37	6.974,85
500 - Utensílios	164,15	65,8	98,35	112,82
501 - Vasilhames	19,8	-	19,8	112,99
600 - Veículos	9	-	9	87,5
700 - Computadores e Periféricos	13,24	5,35	7,89	17,82
900 - Imobilizações em Andamento	167,52	-	167,52	167,52
TOTAL	8.372,07	518,45	7.853,62	13.316,84

Tabela 6 – Resumo do valor de mercado dos bens por grupo

Fonte: Elaborados pelos autores.

Pode ser observado que não foi possível identificar o valor de mercado bens no valor de R\$ 518,45, em função das dificuldades anteriormente apresentadas. Se entende que a não identificação do valor de mercado desses bens não compromete os resultados do estudo, por representarem apenas 6,2% do total.

4.1.2 Avaliações da vida útil dos bens e taxas de depreciação

No ano de 2012 a empresa estudada, através da contratação de uma empresa especializada, realizou a avaliação da vida útil dos bens, adequando a taxa de depreciação ao prazo de vida útil real estimado.

A vida útil econômica de um bem do ativo imobilizado é definida em termos do benefício econômico que a empresa espera obter pela utilização desse ativo. A política de administração dos ativos de uma empresa pode incluir a venda dos ativos depois de um determinado período ou depois do consumo de certa proporção dos benefícios econômicos incorporados no ativo. Conseqüentemente, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil de um bem do ativo imobilizado é uma questão de julgamento baseado na experiência com ativos semelhantes e, portanto, não deve estar vinculada a limites legais para dedutibilidade da despesa com depreciação (NBC TSP 17).

A interpretação Técnica ICPC 10 reafirma que a administração deve manter e aprovar análises documentadas que evidenciarão ou não a necessidade de alteração das expectativas anteriores para assim solicitar ou não novas avaliações, para que as estimativas de vida útil e o valor residual permaneçam válidas em todos os exercícios. As avaliações devem ser realizadas por avaliadores que tenham experiência, competência profissional, objetividade e conhecimento dos bens, tendo que para este

fim buscar conhecimento a respeito da utilização, mudança tecnológica e do ambiente onde o bem opera desta forma a avaliação pode ser efetuada tanto por avaliadores internos como externos.

Sabendo-se que o ambiente interno e externo da empresa estudada não sofreu alterações significativas desde a avaliação feita em 2012 e que os bens não sofreram alterações significativas em seu estado físico, a empresa mantém inalteradas as taxas de depreciação (Tabela 7).

Grupos	Taxa Depreciação % a.a
Terrenos	-
Prédios	2,50%
Máquinas e Equipamentos	5,00 à 6,67%
Móveis e Utensílios	8,33%
Computadores e Periféricos	33,33%
Veículos	20,00%
Imobilizações em andamento	-

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 7 – Taxas de depreciação média

4.1.3 Critério utilizado para registrar um bem como ativo imobilizado

Para registrar um bem como Ativo Imobilizado deve-se seguir a NBC TG 27 (R2) que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27, cujo item 6 menciona que um ativo imobilizado possui duas características fundamentais: a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e b) espera-se utilizar por mais de um período, itens de tempo de uso inferior serão considerados como despesa na aquisição.

Na empresa estudada, as seguintes regras são fundamentais na hora de decidir se determinado item pode ou não ser imobilizado: se bem terá vida útil superior a um ano; se o gasto incorrido em reparos, consertos ou reforma agregará valor e maior prazo de vida útil ao bem já existente; se o bem agregará valor à empresa, e se trará retorno financeiro quando for vendido.

São classificados ainda, no Imobilizado, os bens parcialmente entregues, ou concluídos, tais como construções em andamento, confecção de uma máquina, importações em andamento. Com base nisso, pode se afirmar que a empresa está registrando os itens do Ativo Imobilizado de acordo com o que estabelece a NBC TG 27 (R2).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ativos de uma organização são a compostos pelos valores a receber de terceiros (clientes) e pelos bens em sua propriedade, utilizados na geração de

receitas, como no caso do imobilizado. Buscando um maior grau de transparência, a NBC TG 01, ao aprovar o teste de recuperabilidade de ativos o comumente chamado *impairment test*, possibilitou aos usuários das demonstrações contábeis acessarem informações mais precisas, uma vez que, ao aplicar o referido teste, a empresa tem a possibilidade de identificar eventuais superavaliações em seus ativos. A este mesmo equívoco poderia estar também sendo induzida a administração da empresa, uma vez que, de posse de informações superavaliadas de ativos, poderia-se tomar decisões que não se mostrassem favoráveis à organização futuramente.

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi identificar se os bens do Ativo Imobilizado da empresa em estudo estão contabilizados por valores superiores à sua expectativa de recuperabilidade. Para tanto, inicialmente foi identificado o Ativo Imobilizado da empresa, composto por 1.184 itens com valor contábil líquido de R\$ 8.372,07 milhões, sendo que o grupo de bens com valor mais expressivo é o das obras civis, avaliado contabilmente em R\$ 4.204,47 milhões.

Para realização do teste de recuperabilidade, foi identificado o valor recuperável dos bens, pela projeção do fluxo de caixa descontado. Se constata que o resultado acumulado para o período projetado é de R\$ 27.997 milhões enquanto que o valor líquido de depreciação e amortização acumulada é de R\$ 8.373. Esses números mostram que a empresa estudada tem a capacidade de remunerar a totalidade dos bens componentes do Ativo Imobilizado.

No intuito de enriquecer a pesquisa e levando em consideração que a NBC TG 01(R3) deixa a cargo das empresas elegerem a forma de aplicação do teste de *impairment*, quer seja por avaliação a valor de mercado ou através da obtenção de um fluxo de caixa descontado, optou-se em complementar o estudo através da mensuração dos bens a valor de mercado, os quais perfazem R\$ 13.316,84 milhões.

Desta forma se identificou que os valores contábeis relativos ao Ativo Imobilizado são plenamente recuperáveis. Diante dos resultados encontrados, conclui-se que não há necessidade de realização de provisionamento de perdas por redução de valor recuperável para os bens que compõe o Ativo Imobilizado; e que o registro dos bens adquiridos após a adoção da IFRS ocorre e forma correta. Consequentemente, não há nenhuma alteração a ser realizada no processo de controle do imobilizado e nenhum impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis publicadas.

REFERÊNCIAS

Antunes MTP Grecco, Marta CP, Formigoni H, Medonça NOR. (2012). A adoção no Baker, C. R., & Wearing, R. T. (2001). Impairment tests for goodwill instead of amortisation: the potential impact on British companies (pp. 1-22). Department of Accounting, Finance and Management, University of Essex.

Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, v.10, n. 20.

Brasil. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 30 set. 2015.

Brasil. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

Carlin ELB, Hoog WAZ. (2011). Normas nacionais e internacionais de contabilidade. Comentadas de forma resumida e comparadas com os CPCs e IFRS, de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09. 2ª Ed. Curitiba: Juruá.

Comitê De Pronunciamentos Contábeis. ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=19>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

Conselho Federal De Contabilidade (CFC). NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. Brasília, ago 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosindex.php>>. Acesso em: 15 set. 2017.

Conselho Federal De Contabilidade (CFC). NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. Brasília, jul 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosindex.php>>. Acesso em: 14 set. 2017.

Klein AZ. (2015). Metodologia de pesquisa em administração: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas.

Iudícibus S de, Martins E, Gelbcke ER, Santos A dos S. (2010). Manual de Contabilidade Societária. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

Reinstein, Alan; Lander, Gerald H. (2004). Implementing the impairment of assets requirements of SFAS nº. 144. An empirical analysis. Managerial Auditing Journal. v. 19, n. 3, 400-411.

Ribeiro OM. Contabilidade Geral Fácil. 92010) 6. ed. São Paulo: Saraiva.

Yamamoto MM, Paccez JD, Malacrida, MJC. (2011). Fundamentos da Contabilidade: a nova contabilidade no contexto global. São Paulo: Saraiva.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-022-3

